

Oito teses sobre processo de secularização da cultura ocidental: indicações de momentos e teóricos chave

Raimundo José Barros Cruz*

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar algumas teses que acreditamos serem necessárias para o entendimento do processo de secularização pelo qual passou a sociedade ocidental moderna. A sociedade moderna nasce de um rompimento com o mundo medieval, sobretudo no que se relaciona ao religioso, à visão de mundo e à hierarquia social. Trata-se de um momento no qual se dá um forte questionamento às autoridades eclesiais, com significativo poder referente às várias dimensões sociais. Esse período seria conhecido como o grande Racionalismo Clássico, que resultaria numa considerável mudança intelectual no Ocidente. Acreditamos que o espírito moderno define-se, antes de tudo, pela luta em superar a visão religiosa e a sacralidade do mundo. Dessa forma, trabalharemos com a ideia de que as concepções filosóficas, o imanentismo, o racionalismo, o empirismo, o progresso tecnológico e científico contribuíram de forma significativa com o secularismo moderno que se seguiu até sua definição como ateísmo e que a causa primeira à qual as demais se encontram ligadas pode ser buscada na virada antropológica do século XVI, com o Humanismo e o Renascimento.

Palavras-chave: Ocidente. Sagrado. Racionalismo. Secularização.

Abstract: This paper aims to present some arguments that we believe are necessary to understand the process of secularization has gone through a modern Western society. Modern society is born of a break with the medieval world, particularly as it relates to religious worldview and the social hierarchy. This is a moment in which he gives a strong challenge to ecclesiastical authorities, with significant power regarding several social dimensions. This period is known as the great Classical Rationalism, which would result in a significant intellectual shift in the West. We believe that the modern mind-sets, first of all, the struggle to overcome the religious view and the sacredness of the world. Thus, we will work with the idea that philosophical concepts, the immanentism, rationalism, empiricism, scientific and technological progress contributed significantly to modern secularism which followed up its definition as atheism and that the first cause to which the others are linked can be sought in the anthropological turn of the century XVI, Humanism and the Renaissance.

Key words: West. Sacred. Rationalism. Secularization.



* RAIMUNDO JOSÉ BARROS CRUZ é Mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo (UPF).



Com razão ou sem ela, Goya, Museu do Prado, Madri

I

A sociedade moderna surge do rompimento com a ordem sagrada do mundo. Com a Renascença, a reviravolta no pensamento ocidental é marcante, envolvendo o homem nos mais diversos aspectos. Não se caracteriza como uma reviravolta apenas no pensamento filosófico, mas também em nível social, político, literário, artístico, científico e religioso. O pensamento renascentista emerge com uma forte marca imanentista somada ao panteísmo neoplatônico, voltado aos ideais materiais e terrenos. O conceito de imanência, num primeiro momento, faz-se algo incompatível com a religião cristã e tendeu fortemente a extinguir a necessidade religiosa. Contrariamente à Idade Média, o Renascimento procurou colocar o sagrado numa relação cada vez mais estreita com a realidade imediata. A valorização do homem desembocou num humanismo que caracterizou profundamente o movimento renascentista: a supervalorização do homem e suas capacidades, o qual, livre de si mesmo, diviniza-se e mostra-se como dominador da natureza e senhor de seu próprio mundo. O Renascimento representa ainda um intencionado momento de regeneração, de inovação e de reforma. O retorno aos clássicos foi outra forte marca do pensamento renascentista. Ao retornar aos

princípios, procurou-se reconstruir um novo homem e uma nova época, o que, além de questionar as forças políticas e religiosas vigentes na época, ajudou a reduzir a pouco o sagrado e o divino. Nesse período a filosofia e as ciências transladam o foco de seu trabalho. Ao invés de iniciar conhecendo a natureza, Deus (o sagrado), passam, em primeiro lugar, a se referir ao homem, indagando sobre a capacidade de seu intelecto para conhecer e demonstrar o que é veraz nos conhecimentos. Nesse contexto, o sujeito surge como consciência de si reflexiva, o qual conhece sua capacidade de conhecer. Assim, o homem não pode conhecer a coisa, mas sim o conhecimento das coisas, as impressões que as coisas exercem sobre ele, sobre seu intelecto e sobre seus sentidos, o que dá abertura ao subjetivismo que caracterizaria todo o período moderno.

II

A matemática, a astronomia e a nova física viram o mundo como uma grande máquina e acabaram por dessacralizá-lo. René Descartes (1596-1641) foi o maior representante do racionalismo moderno. A história da filosofia moderna desenvolveu-se a partir de um cartesianismo idealista e mecanicista, influenciado pela nova física e astronomia, então emergentes. Descartes elegeu a matemática como a ciência da natureza: método, física, matemática e metafísica compuseram o corpo do projeto filosófico do teórico. Descartes acabou por afirmar um único método científico: o método racionalista-dedutivo. Dessa forma, colocou o homem dentro das possibilidades e condições do mundo natural, pois só assim ganharia a matemática uma legítima aplicação. Na filosofia cartesiana, Deus foi tratado como uma substância soberanamente

perfeita, da qual não concebemos nada que encerre qualquer falha, ou limitação de perfeição. O quinto postulado cartesiano nos convida à longa contemplação de um ser soberanamente perfeito e, dessa forma, que consideremos que, nas ideias de todas as outras naturezas, a existência possível encontra-se de fato contida, mas que, na ideia de Deus, não só a existência possível está contida, mas é necessária. Por isso só, e sem qualquer raciocínio, conhecerão que Deus existe; e não lhes será menos claro e evidente, sem outra prova, que lhes é manifesto que dois é um número par e três, um número ímpar, e coisas semelhantes. Isso porque há coisas que são assim conhecidas sem provas por alguns, enquanto outros só as entendem por um discurso e raciocínio. Assim, é certo que temos em nós a ideia de Deus e que a realidade objetiva dessa ideia não está contida em nós, nem formal, nem eminentemente, e que ela não pode estar contida em ninguém mais exceto em Deus mesmo. Logo, a ideia de Deus que há em nós exige Deus como causa; por conseguinte, Deus existe. (DESCARTES, 1979, p. 170-174). Embora Deus assuma um papel importante na filosofia cartesiana, não deixa também este de ser diminuído. Torna impossível e, se possível, carece de fundamentação a posição em que Deus se encontra dentro da filosofia Cartesiana. Com Descartes acontece a transferência da certeza original de Deus para a razão humana. Com a ideia do cogito, e a partir daí o princípio da existência, o homem parte agora da certeza de si próprio para a certeza de Deus. O homem, ao partir de sua própria consciência, ganha autonomia e capacidade de construção de si; assim, é construtor de uma ciência e conhecimento universal que o orientem no viver. A crítica a Descartes pode se

direcionar ao ponto no qual se faz necessária a existência de Deus, posto que, ao mesmo tempo, o homem surge como deus e criador de si apoiando-se na pura razão. Uma vez construtor e criador de si mesmo e de seu mundo, de que serviria Deus na vida do homem? Por que recorrer aos mistérios da fé, uma vez que é capaz a razão humana de tudo responder e explicar? Por que perguntar ao transcendente, uma vez que o próprio homem com o auxílio da razão já conhece o essencial por si mesmo? É este o rumo que a filosofia de René Descartes dá ao Ocidente quando temos como objetivo buscar pelas origens de uma sociedade moderna secularizada. O filósofo reconhece a autonomia da razão em relação à fé, destaca o sujeito, instaura o cogito, põe como correlato a ele o princípio da existência, serve-se de Deus, prova sua existência, muito embora já tenha atenuado sua intervenção no mundo ao elaborar um conceito totalitário e confiante no homem e na razão. Organizando-se de tal forma, o pensamento moderno termina por legitimar uma religião natural, um deísmo, uma estética puramente racional, um direito natural, uma moral natural: mundo reconfigurado a partir de um conceito estático de razão que obscureceu principalmente o mundo religioso.

III

Deus (o sagrado) não encontra espaço em meio à ideia de que todo conhecimento plausível nasce da experiência sensível. Para os empiristas todo conhecimento humano deriva, direta ou indiretamente, da experiência sensível. Excluem, dessa forma, qualquer possibilidade da existência de ideias inatas: os fundamentos das ideias só podem se dar *a posteriori*. Com Hume se dá o ápice do empirismo.

Reelaborando e tecendo críticas ao pensamento de outros empiristas, como John Locke e George Berkeley, procura se libertar de todo dogmatismo metafísico, da moral e da religião. Hume desfaz o conceito de causa e com ele destrói as ideias sobre a existência de Deus; lança fortes críticas à religião e seu estado, que, segundo ele, é irracional. Afirmar a impossibilidade de se chegar a Deus racionalmente. Cabe-nos verificar a crítica de Hume à religião. Hume trata de Deus em duas importantes obras: *Diálogos sobre a religião* e *História natural da religião*. Nas duas obras aplicou rigorosamente seus princípios empiristas. Condenou e contrapôs decididamente a validade de todas as demonstrações acerca da existência de Deus: pôs à prova o próprio valor da ideia de Deus. Hume acredita que recorrer à veracidade do Ser supremo para demonstrar a veracidade dos nossos sentidos é, sem dúvida, realizar um circuito muito inesperado. Se a sua veracidade estivesse nesta matéria deveras implicada, os nossos sentidos seriam totalmente infalíveis, porque não é possível que Ele nos possa enganar. Sem falar que, se o mundo externo se puser uma vez em questão, não saberemos como arranjar argumentos pelos quais possamos provar a existência desse Ser ou de algum dos seus atributos. (1998, p. 6). Para Hume, Deus e a religião encontram-se no âmbito da imaginação; assim, nada mais são do que expressões irracionais e arbitrárias da consciência humana, desprovidas de qualquer validade racional. Ao tomar a religião como objeto de análise, Hume diz não encontrar nela nenhum fundamento racional e rejeita a posição dos teólogos que provam a existência de Deus. Ao examinar as provas ontológicas da existência de Deus, concebe-as, ao

mesmo tempo, como possibilidades e impossibilidades. Para o filósofo tudo o que é concebido como existente pode também ser concebido como não existente. A religião, portanto, trata-se apenas de um método particular para explicar os fenômenos do universo; todavia, será sempre impossível inferir dela fatos prováveis. Para Hume nenhum respaldo pode ganhar a prova cosmológica da existência de Deus. Tal prova consiste em chegar a Deus partindo de sucessões de causas que se encontram na natureza, ou seja, uma investigação processual pela qual, passando por todas as causas, se chegaria à causa primeira, no caso Deus. Hume acredita ser sem sentido tal procedimento no mundo real e físico e, caso for possível, nada mais manifestaria do que um processo *ad infinitum*, pois, uma vez encontrada a causa dos fenômenos materiais, não há por que a procura de uma causa primeira. Hume dá à religião um caráter puramente instintivo associado ao sentimento humano de finitude, preocupações e medos diante do mundo indecifrável. Pela constatação de uma sutil ordem e harmonia presente no universo, conclui-se a existência de um Sumo Artífice, que se mostra inteligente e ordenador. Para Hume uma relação de causa e efeito só é possível pela repetida constatação de uma experiência, ou seja, a constante proximidade entre dois objetos pode me fazer inferir por força do hábito a existência de um quando o vejo separado do outro. Portanto, a ordem do mundo não pode nos levar a concluir sobre a existência de um Sumo Artífice que nunca vimos em ação. Hume desfaz-se de Deus por via de um agnosticismo, que exclui as justificativas irracionais: vale-se da metafísica imanentista e naturalista, que é cerne do fenomenismo empírico, o

que reduz a um simples mecanismo a psique humana.

IV

A razão é que constrói o homem autônomo, o qual necessariamente não necessita de Deus ou religião. O Iluminismo caracteriza-se por manifestar uma forte crença nos poderes da razão. Mais precisamente, o Iluminismo é um movimento cultural europeu que ocupa o século que corre entre a Revolução Inglesa (1688) e a Revolução Francesa (1789). A razão é vista como capaz de evolução e progresso; o homem é tomado como um ser possível de tornar-se perfeito, todavia tal perfeição só chegará a uma concretude a partir do momento em que o homem se encontrar totalmente livre dos preconceitos religiosos, sociais e morais. O homem deve se mostrar capaz de superar a superstição e o medo, auxiliado pela ciência, pelo conhecimento, pelas artes e pela moral. O conhecimento científico e da técnica explicita a razão dos iluministas, pois são tomados como instrumentos de transformação do mundo e, consequentemente, da melhoria progressiva das condições espirituais e materiais da humanidade. O culto à razão é o caráter predominante e específico do Iluminismo. É observado claramente no iluminismo francês, que culminaria com a Revolução Francesa. Surge daí a expressiva rejeição a qualquer atividade irracional, a qualquer instituição que demonstre irracionalidade, ao fantasioso, aos sentimentos e paixões. Os campos sociais, político, econômico e religioso sofreram impactos tremendos, originando um caos na ordem até então estabelecida. As implicações sofridas pelo cristianismo e pela Igreja foram inevitáveis e visíveis: além do impacto em relação à doutrina e concepção de

mundo, vê-se também abalada toda a estrutura do poder político-eclesiástico da época. No embate com a religião cristã absoluta o humanismo racionalista acaba por nivelar à vida terrena a religião e, até mesmo, a negá-la totalmente. E é na proposta de uma religião natural que se vê a expressão máxima do interesse iluminista. Uma religião natural, constituída de um deísmo exacerbado; apreciado pelos pensadores livres, livres da teologia fundamental das verdades cristãs. Os objetivos e interesses iluministas vão atingir fortemente a religião, fortalecendo significativamente o processo de secularização incitado com a reviravolta antropológica iniciada na Renascença.

V

O longo período de secularização iniciado na Renascença tem sua máxima expressão no ateísmo moderno: Deus não é mais necessário.

A palavra ateísmo deriva do grego *a-theos* e indica, objetivamente, a negação de Deus. Contudo, é somente a partir do século XIX que o ateísmo se manifesta de forma densa e pertinente. São denominados ateus não só aqueles que põem Deus fora das reflexões filosóficas, mas também todos os que negam abertamente sua existência. Como fenômeno cultural de massa, o ateísmo é típico da época moderna, e precisamente daquele período histórico em que o homem moderno, através de um longo período de secularização, depois de ter excluído Deus de muitas atividades e aspectos da vida humana, chega afinal à conclusão de que Deus não existe (MONDIN, 1997). O ateísmo pode assumir várias formas. Três delas são substancial expressão na trajetória do pensamento ocidental: o ateísmo especulativo (teorético ou filosófico), o ateísmo prático, o ateísmo militante. Por

ateísmo especulativo se entende a formulação de sistemas filosóficos ou cosmovisões que excluem a realidade divina, podendo ser encontrado em posições particulares de alguns filósofos, como também nas várias ideias implicitamente contidas em sistemas ligados ao materialismo histórico, ao positivismo, ao evolucionismo, ao vitalismo, ao existencialismo. O ateísmo prático constitui-se na atitude das várias pessoas que vivem o descompromisso com a realidade transcendente e que, embora digam crer em algo, vivem em plena indiferença religiosa e numa exagerada tendência materialista. Por fim o ateísmo militante, que movido por reações agressivas procura construir uma antirreligião: declara abertamente uma guerra intelectual contra Deus, critica duramente as doutrinas religiosas e orienta-se a partir de uma visão científica de mundo. O ateísmo moderno pode ter ainda as seguintes características: a de ateísmo teórico negativo, que se põe apenas a negar a existência de Deus; a de ateísmo teórico positivo, que tenta buscar para o homem os poderes e atributos que perdera ao criar a figura de Deus; e, por último, a de um ateísmo prometeico, que intenciona fazer do homem o ser supremo.

VI

Qualquer revelação de Deus é uma revelação da natureza humana.

Ludwig Feuerbach (1804-1872) faz em sua principal obra, *A essência do cristianismo*, uma crítica radical à teologia. Aceita, de início, o sistema hegeliano, admitindo a unidade entre o finito e o infinito; contudo, defende que tal unidade, em vez de se realizar em Deus ou na ideia absoluta, realiza-se no próprio homem, o qual, segundo o teórico, não pode ser reduzido a puro

pensamento, mas deve ser considerado em sua inteireza antropológica. Para Feuerbach não é Deus que se revela, mas o homem que realiza a revelação de si mesmo. O processo histórico-religioso é reduzido a um processo originário da mente humana: Deus passa a surgir como hipótese das próprias ideias. Nesse contexto, o cristianismo perde a posição de religião absoluta, o que coloca em crise todas as concepções tradicionais relativas à vida, à morte, a este mundo, à ressurreição, ao eu e ao indivíduo e, principalmente, em relação a Deus. Feuerbach reduziu a teologia a uma antropologia. Ao discordar de Hegel, defendeu que o verdadeiro fundamento da filosofia não é colocar o finito no infinito, mas sim o infinito no finito. Em outras palavras, procurou mostrar que o homem não é produto de Deus, mas o contrário: que Deus é produto do homem. Não é Deus que cria o homem, mas sim, o homem quem cria Deus. A filosofia da religião de Feuerbach se centra no estudo da origem da ideia e dos atributos a Deus. Problematisa acerca da hipostatização, ou seja, o homem como o que projeta suas qualidades positivas numa pessoa divina, fazendo dela uma realidade subsistente. Diante dessa realidade, o sentimento do homem é de submissão e esmagamento, o qual provém de uma realidade por ele mesmo criada. Dessa relação vão se justificando as várias ideias sobre Deus. Deus, como pai, nasce da necessidade de segurança do homem; como carne, representa a excelência do amor pelos outros; o Deus perfeito representando aquilo que o próprio homem deveria ser, mas não consegue; a crença na vida para além deste mundo representando o desejo do homem de melhoria da vida terrena. Contudo, para o teórico, o que importa ao homem é saber que se Deus não é visto, ouvido e sentido sensorialmente;

ele não existe para nós, e nós não existimos para ele. Assim, se não cremos ou pensamos em nenhum Deus, nenhum Deus existe para nós: Ele só existe ao ser pensado, criado – e o acréscimo nos é desnecessário. (FEUERBACH, 1988, p. 242). Para o filósofo, foi para escapar do domínio fatalista da natureza que o homem criou Deus, um ser incorruptível, a representação fantástica do absoluto domínio da vontade humana. Feuerbach acredita ser de fato o verdadeiro homem, aquele que parou de projetar no divino aquilo que é próprio de si e da infinita possibilidade de realização de sua natureza, não excluindo de si nada de produção humana. De Feuerbach descendem todas as tendências ateístas posteriores; assume este filósofo a patente de pai do ateísmo moderno, responsável por influenciar direta ou indiretamente as várias correntes posteriores.

VII

Deus (o sagrado) não encontra espaço em meio aos procedimentos metodológico-positivistas das ciências da natureza. A ciência é tomada como critério para tornar cada vez mais plausível a negação da existência de Deus. Como maior representante do ateísmo científico temos Augusto Comte (1798-1857). Paralelamente a Feuerbach, Comte publicou em 1842 seu vasto curso de filosofia positiva. O positivismo foi de grande influência na cultura ocidental. Parte de um princípio reivindicador do primado da ciência, acreditando na possibilidade de um conhecimento verdadeiro propiciado pelo método das ciências naturais. Comte acredita que a procedência do universo se deve à matéria por meio de uma evolução. O momento culminante da evolução é o homem, e é com o homem que se dá o início da verdadeira

história, que segundo ele passa pela lei dos três estágios: o teológico, estágio puramente provisório; o metafísico, espécie de teologia enfraquecida designada como ontologia; o positivo, momento no qual se procura uma explicação objetiva das coisas por meio das leis naturais, que são por si mesmas suficientes para explicar todos os fenômenos. Partindo deste elaborado estudo, as conclusões atingidas são as de que a humanidade é o grande ser, contendo em si o presente, o passado e o futuro; portanto, é a humanidade que merece nosso culto. Assim, morto o Deus transcendente, a religião deve direcionar seus ritos ao deus imanente, no caso a humanidade. Ao Absolutizar o método científico das ciências naturais e aplicá-lo à humanidade, Comte desemboca em um humanismo ateu, movimentando o culto antes prestado a Deus, em direção à humanidade.

VIII

A religião não pode contribuir de maneira alguma para a elevação e realização do homem. Com Karl Marx (1818-1883) o ateísmo alarga seus passos. Não se limitando apenas a negar a Deus, como haviam feito Feuerbach e Comte, objetiva excluir de vez da vida do homem a influência religiosa. A religião passa a ser tomada como um instrumento de opressão em poder das classes dominantes: o “ópio do povo”. A existência de Deus não tem nenhum significado ao império da razão. O homem é definido como ser imediatamente natural, e como ser natural vivo está, em parte, dotado de forças naturais e de forças vitais: trata-se de um ser natural ativo e estas forças existem nele como disposição, capacidades e instintos. O homem, portanto, necessita de autoconsciência, que, segundo Marx, na medida em que

reconheceu e superou como auto-alienação o mundo espiritual, confirma-o novamente nesta figura alienada e a apresenta como seu verdadeiro modo de existência. Uma vez superada a religião, o homem vê-se como tal e pode se servir de seu próprio potencial. O ateísmo marxista encontra base em três importantes postulados: no materialismo metafísico ou dialético, que considera a matéria como causa suprema e única de todas as coisas; no materialismo histórico, que estabelece o fato econômico como fato principal e decisivo presente na estrutura básica de todas as outras estruturas; no humanismo absoluto, que situa o homem como ser supremo. O filósofo procura com seu ateísmo salvar o papel do homem no mundo, estabelecendo a supremacia do homem e excluindo a realidade divina. É pela grandeza do homem que Marx aniquila a religião, pois a religião tira do homem a capacidade de se reconhecer em sua própria dignidade. Acredita ser a religião a consciência do homem que ainda não tomou posse de si mesmo. Para o teórico, são o Estado e a sociedade que produzem a religião e, junto com ela, uma concepção invertida do mundo. A luta contra a religião é, portanto, a luta contra este mundo invertido, e a extirpação da religião enquanto felicidade ilusória do povo nada mais é que o pressuposto da verdadeira felicidade. O juízo de Marx sobre a religião nasce de um olhar político-sociológico. Ao tecer consistentes críticas às Igrejas e seus representantes, denunciou-os como aliados do governo, uma superestrutura da sociedade classista e, portanto, uma dimensão desnecessária ao homem.

Referências

- BIRCK, B. O. *O sagrado em Rudolf Otto*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.
- COMTE, A. *O espírito positivo*. Trad. Carlos Lopes Monteiro. Portugal: RES-Editora.
- DESCARTES, R. *Discurso do método*. Trad. J. Guinsburg e Bento Prado Junior. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).
- FEUERBACH, L. *A essência do cristianismo*. Trad. José da Silva Brandão. São Paulo: Papirus, 1988.
- FILORAMO, G.; PRANDI, C. *As ciências das religiões*. Trad. José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 1999.
- HUME, D. *Investigação sobre o conhecimento humano*. Trad. Artur Morão. Lisboa: AMAGRAF. Ed. 70, 1998.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Trad. M. Pinto dos Santos e A. Tradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. José Carlos Bruni. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).
- MONDIM, B. *Quem é Deus?: elementos de teologia filosófica*. Trad. José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 1997.
- OTTO, R. *O Sagrado*. Trad. João Gama. Lisboa: Manoel Barbosa & Filhos, 70, 1992.
- PADOVANI, U. *Filosofia da religião: o problema religioso no pensamento ocidental*. Trad. Diniz Mikosz. São Paulo: Melhoramentos, 1968.
- SIEGMUND, G. *O ateísmo moderno: história e psicanálise*. Trad. Bruno Balrike e Frederico Caufer. São Paulo: Loyola, 1966.
- TOURAINÉ, A. *Crítica da modernidade*. Trad. Elia Ferreira Edel. Petrópolis: Vozes, 1994.
- ZILLES, U. *Filosofia da religião*. São Paulo: Paulinas, 1991.
- ZITKOSKI, J. J. *O método fenomenológico de Husserl*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.